

## **jornalismo e educação ambiental: aproximações da cobertura do pós-enchente do rio grande do sul**

### **journalism and environmental education: approaches to post-flood coverage in rio grande do sul**

*Lígia Regina Guimarães Clemente*

Jornalista e Editora de publicações

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Imperatriz, MA

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9672-1189>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17458405>

**Resumo:** Este artigo explora as possíveis interseções entre o jornalismo ambiental e a educação ambiental, a partir da cobertura jornalística publicada no portal G1, sobre os desdobramentos um ano após a maior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul. As fortes chuvas iniciadas em 27 de abril de 2024 em Santa Cruz do Sul, na Região dos Vales, se estenderam sem parar por mais de dez dias, sobrecarregando as bacias dos rios Taquari, Caí, Pardo, Jacuí, Sinos e Gravataí, que transbordaram. A água invadiu os municípios, retirou milhares de pessoas de casa e deixou 184 mortos. Houve grande comoção e repercussão em todo o país, com voluntários e doadores, que se mobilizaram para prestar ajuda aos atingidos. A cobertura um ano depois explora aspectos do pós-tragédia, como as 25 histórias de desaparecidos e 51 projetos relacionados à enchente apresentados pelos deputados estaduais na Assembleia Legislativa do RS. Por meio de Análise de Conteúdo (BARDIN 2016), o artigo se propõe a observar quais categorias a cobertura jornalística enquadra uma tragédia climática, na perspectiva pedagógica do jornalismo (MEDITSCH; KRONBAUER & BEZERRA 2020), para tecer pontes com aspectos da educação ambiental. Compreende-se um sujeito ecológico como aquele que repensa dilemas sociais, políticos, econômicos e éticos instaurados pela crise socioambiental e, por meio do processo da ação educativa, constrói caminhos para uma chamada cidadania ambiental.

**Palavras-chave:** (1) Jornalismo ambiental; (2) Educação ambiental; (3) Sujeito ecológico; (4) Cidadania ambiental; (5) Enchentes.

**Abstract:** This article explores the potential intersections between environmental journalism and environmental education, based on news coverage published on the G1 portal, about the developments one year after the greatest climate tragedy in the history of Rio Grande do Sul. Heavy rains that began on April 27, 2024, in Santa Cruz do Sul, in the Vales Region, continued nonstop for more than ten days, overwhelming the basins of the *Taquari*, *Caí*, *Pardo*, *Jacuí*, *Sinos*, and *Gravataí* rivers, which overflowed their banks. The water flooded municipalities,

displacing thousands of people from their homes and leaving 184 dead. There was great commotion and repercussions throughout the country, with volunteers and donors mobilizing to help those affected. Coverage one year later explores aspects of the post-tragedy, such as the 25 stories of missing people and 51 flood-related projects presented by state representatives in the Rio Grande do Sul State Legislative Assembly. Using content analysis (BARDIN 2016), the article aims to examine which categories journalistic coverage frames a climate tragedy, from the pedagogical perspective of journalism (MEDITSCH; KRONBAUER & BEZERRA 2020), to build bridges with aspects of environmental education. An ecological subject is understood as one who rethinks the social, political, economic, and ethical dilemmas created by the socio-environmental crisis and, through the process of educational action, builds pathways toward environmental citizenship.

**Keywords:** (1) Environmental journalism; (2) Environmental education; (3) Ecological subject; (4) Environmental citizenship; (5) Floods.

## Introdução

Em um contexto de emergência climática e crise ambiental em escala global, tem-se observado e vivenciado eventos climáticos extremos, que têm se intensificado em frequência e severidade nas últimas décadas. No Brasil, esse cenário se materializou de forma dramática em 2024, quando o estado do Rio Grande do Sul enfrentou a maior tragédia climática de sua história, marcada por chuvas incessantes, transbordamento de rios, inundações massivas e perdas humanas e materiais. Com grande repercussão midiática e comoção social, foi identificada no debate público como *“a maior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul”*.

Entende-se que a mídia desempenha um papel central na formação da consciência pública sobre a crise ambiental, atuando não apenas como espaço de informação, mas também, de alguma forma, como instância pedagógica. Assim, investigar como o jornalismo enquadra uma tragédia climática pode contribuir para refletir sobre os potenciais educativos da cobertura, especialmente no sentido de promover uma cidadania ambiental crítica e ativa.

Buscou-se como *corpus* empírico de análise não a cobertura quente realizada no desenvolvimento da tragédia in loco, mas uma cobertura realizada um ano depois, elaborada sob a sedimentação do tempo e dos fatos, com mais oportunidades de reflexão e questionamentos sobre os desdobramentos do pós-tragédia. Assim, foi escolhido para a análise o conjunto de 25 reportagens que compõem a série *“1 ano da enchente do Rio Grande do Sul”*, elaborada pelo [Portal de Notícias G1](#).

Sintetizando-se os principais impactos das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024, lembra-se que as chuvas intensas, com volumes entre 300 e 700 milímetros em poucos dias, provocaram inundações catastróficas que afetaram cerca de 96% dos municípios gaúchos, totalizando mais de 2,3 milhões de pessoas impactadas. Até abril de 2025, foram confirmadas 184 mortes e 25 pessoas continuavam desaparecidas. Houve fortes danos à infraestrutura com destruição de pontes, rodovias e milhares de residências. Mais de 640 mil imóveis ficaram sem abastecimento de água e 440 mil enfrentaram falta de energia. O sistema de comunicação também foi comprometido, deixando milhares de pessoas sem acesso à internet ou à rede de telefonia. O Lago Guaíba, em Porto Alegre, atingiu um nível histórico de 5,37 metros, alagando bairros inteiros da capital. Na área da educação, mais de mil escolas foram danificadas, prejudicando cerca de 400 mil estudantes. Muitas dessas unidades foram transformadas em abrigos temporários. Na saúde, houve um aumento de casos de doenças como leptospirose, com 141 registros confirmados e sete mortes, além de impactos psicológicos graves — cerca de 42% da população afetada relatou sintomas de estresse pós-traumático. O setor agrícola perdeu mais de R\$ 4,6 bilhões com a

destruição de lavouras e rebanhos. A tragédia contribuiu para o desmatamento de mais de 1.600 hectares de Mata Atlântica, agravando ainda mais os efeitos das chuvas. O poder público governo tem implementado programas de reconstrução, com investimentos superiores a R\$70 bilhões. As ações incluem obras de contenção, construção de moradias emergenciais e realocação de famílias.

Por meio de categorias de análise, este estudo investiga a cobertura do desastre e seus desdobramentos. Ao articular jornalismo ambiental e educação ambiental, a proposta é refletir sobre como os meios de comunicação podem contribuir para a formação de sujeitos críticos diante da emergência climática, construindo pontes entre informação, reflexão e ação social.

### **Cidadania ambiental: o jornalismo e educação ambiental no contexto dos eventos climáticos**

A preservação do meio ambiente é tida como um dever do Estado e da coletividade, como diz o artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Santos (2005) conceitua que a cidadania ambiental conduz a uma visão do mundo por meio da *“invenção” de uma cultura — uma “cultura verde”,* que nos vincula à complexa *“invenção teia da vida”*. Clemente (2023) defende que não há cidadania ambiental sem comunicação. Ela pontua que o *habitus* que se constrói na cidadania ambiental advém do campo ambiental, pois é consolidado na proteção coletiva da natureza, mas depende da práxis comunicacional para o equacionamento de tensões e desequilíbrios, bem como para a construção de um saber ambiental.

O campo ambiental se legitima na disseminação de conhecimento específico, na profissionalização dos agentes envolvidos e na consolidação das instituições, como coloca Costa (2005). Clemente (2023) entende que esse campo também se instaura em meio ao fortalecimento e ao cumprimento da legislação ambiental, à circulação de informações, à disputa de sentidos e a tensões entre instituições como governos, sistemas jurídico, econômico e sociedade civil.

Considera-se que tanto o jornalismo ambiental, quanto a educação ambiental crítica podem se apresentar como categorias fundamentais no enfrentamento à crise ambiental, no gerenciamento dos desafios apresentados na relação homem/natureza, na compreensão das contradições próprias dos nossos tempos, na reflexão crítica e na construção de uma racionalidade socioambiental.

Nos estudos do campo da Comunicação, muito se investiga e se questiona sobre o papel do Jornalismo Ambiental e seus desafios. “O Jornalismo Ambiental é, antes de tudo, jornalismo (que é substantivo, o núcleo da expressão) e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate” (BUENO

2007: 36). Belmonte (2015) enumera características e compromетimentos que esse jornalismo deveria atender.

*Trata-se de uma especialização temática, consolidada no Brasil na última década do século XX, comprometida com uma qualidade de vida planetária e com a construção social de uma realidade mais justa e ecológica. Entre suas características estão: a contextualização socioambiental, a relação risco/limite, os processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica. Para puxar e interpretar todos estes fios com uma abordagem transversal que vai além das consequências em busca das causas e soluções, uma diversidade de fontes é sempre necessária. Assim como um profundo comprometimento ético com a profissão. Profissionalismo e engajamento andam juntos, em permanente tensão. (BELMONTE 2015: 12).*

Girardi (2025) tem chamado à atenção sobre como os eventos climáticos têm entrado na pauta jornalística. Ela destaca que tal cenário aumenta as responsabilidades do Jornalismo, que precisa também estar engajado na defesa da sociobiodiversidade.

*Os riscos climáticos devem ser comunicados à sociedade de forma clara e acessível, garantindo que as pessoas saibam como se preparar para os desastres e quais medidas tomar caso precisem deixar suas casas. É necessário aprender que o planeta sempre apresentou os limites para as ações humanas, em especial aquelas relacionadas à exploração dos recursos naturais. Essa percepção depende de uma alfabetização ecológica, que deve iniciar na tenra idade, na família e na escola (GIRARDI 2025: 15).*

Tem recaído sobre a Educação Ambiental a responsabilidade pela alfabetização ecológica e construção do saber ambiental. Acentua-se cada vez mais a demanda para que os cidadãos vivenciem o conhecimento ecológico, possuam consciência ética e responsabilidade, tenham um pensamento sistematizado e desenvolvam a capacidade de tomar decisões sustentáveis.

*A Educação Ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais (SORRENTINO et al. 2005).*

Da definição de uma Educação Ambiental Crítica, Layrargues (2014) a classifica como popular, emancipatória e transformadora. Conceitualmente, essa Educação Ambiental realiza uma revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano dos mecanismos de acumulação do Capital. Ela consiste na luta contra as desigualdades e injustiça socioambiental. As correntes, segundo ela,

*... se constroem em oposição às tendências conservadoras, procurando contextualizar e politizar o debate ambiental, problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade (LAYRARGUES & LIMA 2014: 33).*

Embora oriundas de campos diferentes, jornalismo e educação ambiental crítica, coadunam-se no horizonte da cidadania ambiental. Por caminhos e ferramentas diferentes, podem se encontrar proximidades entre ambas, na construção de saberes, práticas, racionalidades e ação coletiva.

### **Procedimentos metodológicos**

Como procedimento metodológico adotado, foi realizada a Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (2016), um método qualitativo, que permitiu a compreensão dos dados coletados. Bardin propõe um protocolo organizado em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e a interpretação.

Durante a pré-análise, etapa de organização do material, foi realizada a leitura das 25 notícias que compõem o *corpus* de análise na página do G1, chamada de “1 Ano de Enchente do Rio Grande do Sul”.

Na etapa de exploração, realizaram-se os processos de codificação, categorização e classificação das notícias. Assim, foram construídas três principais categorias, as quais as 25 notícias foram catalogadas de acordo com prevalência de abordagem jornalística. Foram considerados quais temas e enquadramentos editoriais foram mais pertinentes para compor as devidas categorias.

Após realizada a análise categorial, o conteúdo pôde ser interpretado, observando-se recorrências, ênfases e discrepâncias em cada categoria para compreender melhor como o jornalismo trata o desdobramento um ano após a tragédia.

### **A cobertura sobre um ano depois da enchente**

A enchente do Rio Grande do Sul recebeu ampla cobertura midiática, com envio de equipes de diversos veículos, inclusive com apresentação ao vivo do Jornal Nacional, da Globo, e causou grande impacto nacional e internacional e grande comoção social.

A cobertura de uma tragédia ainda em pleno desenvolvimento, muitas vezes, não consegue dar conta de análises e interpretações com maior profundidade. Como uma lacuna recorrente da prática jornalística, tende a abordar aspectos mais sensacionalistas e factuais e menos reflexivos. Nesta análise aqui realizada buscou-se a cobertura do desdobramento da tragédia e a busca pela compreensão dos diferentes aspectos um ano após o ocorrido.

O *Portal de Notícias G1* publicou uma série de notícias e reportagens<sup>1</sup> que abordam diversos aspectos sobre os desdobramentos de um ano após a enchente, marcadas com a tag “1 Ano de Enchente RS”. As notícias datam de 14 de abril de 2025 até 23 de maio de 2025.

Mapeando-se as 25 reportagens por ordem que aparecem no portal, que serão consideradas para esta análise, tem-se a seguinte listagem:

**Tabela 1 - Lista de 25 notícias no portal G1 - 1 ano de Enchente RS**

|   | <b>Título da Notícia no portal G1</b>                                                                                     | <b>Data da postagem</b> |
|---|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 1 | Saiba quais leis saíram do papel e já estão em vigor no estado desde maio de 2024                                         | 19/05/2025              |
| 2 | Estudante cita enchente no RS em discurso de formatura nos Estados Unidos; veja vídeo                                     | 14/05/2025              |
| 3 | 25 histórias inacabadas: o que dizem famílias de desaparecidos 1 ano após enchente do RS                                  | 01/05/2025              |
| 4 | Projeto de empreendedorismo capacita moradores de bairro mais afetado por enchente em Porto Alegre                        | 05/07/2025              |
| 5 | Um ano após enchente no RS: concluída reconstrução de ponte arrastada por correnteza enquanto prefeita gravava vídeo      | 24/05/2025              |
| 6 | Centros humanitários que acolheram desabrigados da enchente no RS devem ser fechados até o fim do mês                     | 23/05/2025              |
| 7 | Quase 18% da Região Metropolitana de Porto Alegre está em áreas de risco extremo para inundação, aponta estudo            | 22/05/2025              |
| 8 | Um ano após enchente no RS, veja como está reconstrução de ponte arrastada por correnteza enquanto prefeita gravava vídeo | 07/05/2025              |

<sup>1</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/1-ano-de-enchente-rs/> Acesso em: 21/10/2025.

|    |                                                                                                                                   |            |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 9  | Há um ano, Guaíba atingia maior marca desde 1941, rodoviária era alagada e comerciantes fechavam portas em Porto Alegre; relembre | 03/05/2025 |
| 10 | 1 ano da enchente no RS: 'Não aguento mais, quero minha casa', diz moradora de abrigo; quase 400 aguardam solução de moradia      | 01/05/2025 |
| 11 | 'Prédio dos Sonhos': edifício reformado após enchente abriga jovens atípicos em Porto Alegre                                      | 23/05/2025 |
| 12 | Mais de 180 mortos, 25 desaparecidos e 96% das cidades atingidas: o raio-X da enchente que devastou o RS um ano após tragédia     | 29/04/2025 |
| 13 | ANTES e DEPOIS: um ano após enchente no RS, veja como estão lugares atingidos pela inundação                                      | 29/04/2025 |
| 14 | Último depósito de lixo recolhido após enchentes em Porto Alegre é encerrado; mais de 200 mil toneladas foram retiradas das ruas  | 28/04/2025 |
| 15 | Enchente no RS: em um ano, 51 projetos relacionados foram apresentados na Assembleia Legislativa; sete foram aprovados            | 28/04/2025 |
| 16 | 1 ano após resgate em telhado, cavalo Caramelo vive vida de regalias em Canoas                                                    | 26/04/2025 |
| 17 | Bairro devastado após enchente será deslocado e reconstruído do zero no RS                                                        | 25/04/2025 |
| 18 | Sobe para 184 número de vítimas 1 ano após enchente no RS; número de desaparecidos cai para 25                                    | 24/04/2025 |
| 19 | Lar 'temporário': um ano após a enchente no RS, cerca de 400 pessoas ainda vivem em abrigos públicos                              | 24/04/2025 |
| 20 | Sistema anticheias em Porto Alegre: um ano após enchente, o que mudou?                                                            | 22/04/2025 |
| 21 | Esperança em meio à tragédia: conheça o bebê de Roca Sales que nasceu no dia da enchente no RS                                    | 21/04/2025 |
| 22 | Desinteresse e baixa procura para adotar: como estão animais em abrigos resgatados da enchente no RS um ano depois                | 21/04/2025 |
| 23 | Resgatada de helicóptero durante enchente no RS, idosa ganha passeio no céu 1 ano depois                                          | 20/04/2025 |



|    |                                                                                                                        |            |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 24 | Voluntário, viúvo, morador: como estão as pessoas que foram marcadas pela enchente de 2024 no RS                       | 20/04/2025 |
| 25 | 1 ano de enchente no RS: documentário da RBS TV revisita locais atingidos e mostra reconstrução após tragédia; assista | 19/04/2025 |

**Fonte:** Autora, a partir de G1 (2025).

A cobertura sobre os desdobramentos um ano após a enchente realiza diferentes recortes editoriais sobre a temática. Sob uma leitura editorial tradicional, são enquadrados como Cotidiano, Meio Ambiente, Política, Educação, Cultura e Sociedade. O conjunto de notícias busca realizar um diagnóstico da situação, por meio de entrevistas com diversidade de fontes, dados, comparações e recursos visuais como fotos, vídeos e infográficos.

Dando prosseguimento às análises, busca-se identificar por quais grandes categorias aqui construídas agrupam-se o conjunto de notícias publicadas e por quais abordagens e enquadramentos o assunto é tratado. Considerando os enfoques prevaletentes, encontrou-se três categorias principais, às quais as notícias podem ser classificadas: “*Impactos Sociais e Humanos*”; “*Governança, Leis e Infraestrutura*” e “*Memória e Riscos Futuros*”.

A categoria com maior número de registros foi a de *Impactos Sociais e Humanos*, com 40%. Essa categoria reúne matérias jornalísticas que privilegiam a dimensão humana da tragédia, trazendo à tona histórias pessoais, sofrimento, resistência e superação dos atingidos pela enchente. A abordagem é frequentemente emocional, empática e narrativa, buscando construir vínculos com o público por meio de relatos individuais ou coletivos.

Com 36%, a segunda categoria com mais registros foi a intitulada *Governança, Leis e Infraestrutura*. Nesta categoria estão as matérias que enfocam as respostas institucionais ao desastre, incluindo ações do poder público, obras de reconstrução, políticas habitacionais, legislações emergenciais, além de aspectos técnicos e estruturais relacionados à gestão da crise e à prevenção de novos desastres.

A terceira categoria, *Memória e Riscos Futuros*, com 24%, contempla reportagens que propõem uma reflexão retrospectiva e preventiva, relacionando o desastre de 2024 à história (memória coletiva) e às possibilidades de novas ocorrências. A abordagem é mais analítica, técnica e mesmo didática.

## Impactos Humanos e Sociais

A maior categoria de análise traz como principal enquadramento o impacto humano e social que a enchente causou à população. Esse tipo de jornalismo, chamado de jornalismo humano, ou jornalismo sobre pessoas, explora aspectos, como histórias de interesse humano, sentimentos e pontos de vista. Traz relatos das condições de vida de desabrigados; histórias de perda e reconstrução pessoal; sentimentos como angústia, esperança, luto e gratidão; iniciativas de solidariedade e a relação afetiva com animais e espaços.

Compõem esta categoria, as notícias:

1. Estudante cita enchente no RS em discurso de formatura nos EUA;
2. 25 histórias inacabadas: o que dizem famílias de desaparecidos;
3. 'Não aguento mais, quero minha casa', diz moradora de abrigo;
4. 'Prédio dos Sonhos': edifício reformado abriga jovens atípicos;
5. Lar 'temporário': cerca de 400 pessoas ainda vivem em abrigos;
6. Esperança em meio à tragédia: bebê nasce durante a enchente;
7. Desinteresse e baixa procura para adotar animais resgatados;
8. Resgatada de helicóptero, idosa ganha passeio no céu;
9. Voluntário, viúvo, morador: como estão as pessoas afetadas, e
10. 1 ano após resgate em telhado, cavalo Caramelo vive regalias.

Observa-se nesta categoria, que um dos aspectos mais marcantes é a ênfase na dimensão emocional e individualizada da tragédia. A maioria das matérias relata histórias de vida com forte carga afetiva: vítimas que perderam casas e familiares, pessoas ainda abrigadas um ano depois, e situações de resistência e superação. A reportagem “25 histórias inacabadas: o que dizem famílias de desaparecidos 1 ano após enchente do RS” relembra que a tragédia ambiental, que aconteceu entre abril e maio de 2024, deixou 184 vítimas e 25 famílias ainda não encontraram seus entes.

*As águas baixaram, as ruas foram limpas, os muros repintados, e a vida retomou seu curso. No entanto, **para 25 famílias, o tempo está parado desde maio de 2024.** Seus filhos, irmãos, pais ou companheiros seguem desaparecidos desde a enchente que varreu bairros inteiros do Rio Grande do Sul, levando consigo memórias e nomes que até hoje não puderam ganhar uma despedida (G1, 2025).*

Foram entrevistados oito parentes. A maioria afirma já não ter mais esperança de encontrar as vítimas. A montagem com fotos dos desaparecidos reforça a memória narrativa da tragédia.

**Figura 1 - Vítimas desaparecidas na enchente do RS**



**Fonte:** G1<sup>2</sup>.

As reportagens analisadas também evidenciam uma preocupação em representar diferentes grupos sociais atingidos pela enchente. Entre os personagens retratados estão idosos, crianças, jovens neurodivergentes, voluntários, animais de estimação e até um estudante que menciona a tragédia em uma formatura no exterior. Essa diversidade amplia o alcance da empatia jornalística e reforça a ideia de que o desastre afetou camadas distintas da sociedade.

Quanto aos animais, observa-se uma discrepância. Enquanto o cavalo Caramelo, que foi resgatado no telhado, vive regalias, outros animais ainda esperam por adoção. Durante o período mais crítico da enchente, o resgate de Caramelo teve grande repercussão na mídia e comoção social. Um ano após o salvamento transmitido em tempo real pelos veículos da imprensa, o cavalo foi adotado por uma universidade, ganhou mais de 40 kg e virou até bicho de pelúcia. Tornou-se um dos símbolos da enchente.

*Há cerca de um ano, a imagem de um cavalo em cima de um telhado, sozinho e cercado por água, comoveu o país em meio à tragédia da enchente que atingiu **Canoas**. Hoje em dia, Caramelo, como foi carinhosamente batizado, **se tornou símbolo de resistência**, vive saudável e feliz (G1 2025).*

Observa-se nas reportagens desta categoria o forte aspecto mobilizador e emocional, próprios dos relatos de interesse humano. Promovem uma humanização da tragédia e sensibilização do leitor. Esse tipo de narrativa busca envolver o leitor, despertando identificação com o

<sup>2</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/1-ano-de-enchente-rs/>

acontecimento, promovendo emoção, entretenimento e reflexão a partir da experiência vivida por outra pessoa, *“de modo a permitir aos seres humanos se enxergarem nas vivências de outros seres humanos”* (ASSIS 2014: 152). Pode-se dizer que, de algum modo, as narrativas que carregam os impactos humanos e sociais permitem aprender pela dor do outro.

### **Governança, Leis e Infraestrutura**

Esta categoria evidencia a cobrança ao poder público sobre respostas institucionais à tragédia, diagnóstico da situação após um ano, fases da reconstrução, assim como medidas para evitar novos desastres.

Compõem esta categoria as seguintes notícias:

1. Saiba quais leis saíram do papel e estão em vigor;
2. Concluída reconstrução de ponte arrastada por correnteza;
3. Veja como está reconstrução da ponte arrastada;
4. Centros humanitários devem ser fechados até o fim do mês;
5. Último depósito de lixo após enchentes é encerrado;
6. 51 projetos apresentados na Assembleia; sete foram aprovados;
7. Bairro devastado será deslocado e reconstruído do zero;
8. Sistema anticheias: o que mudou após um ano, e
9. Projeto de empreendedorismo capacita moradores de bairro afetado.

Há uma ênfase visual na página com as 25 notícias da manchete da reportagem *“Saiba quais leis saíram do papel e estão em vigor”*, que destaca que na Câmara de Porto Alegre, 30 projetos foram apresentados e seis foram aprovados. Na Assembleia Legislativa do RS, dos 51 projetos relacionados às enchentes apresentados pelos deputados estaduais, sete foram aprovados. Algumas leis propostas por vereadores ou deputados acabaram se tornando decretos. Sintetizam-se aqui em tabelas os principais projetos de Lei, abordados nas reportagens.

**Tabela 2 – Síntese dos Projetos de Lei e Medidas Relacionadas às Enchentes no RS (2024–2025)**

| <b>Nome da Medida</b>   | <b>Descrição</b>                                                                       | <b>Tipo</b> | <b>Origem (quem propôs/sancionou)</b> |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|-------------|---------------------------------------|
| <b>Plano Rio Grande</b> | Programa de reconstrução com ações em infraestrutura, habitação e mapeamento de risco. | Decreto     | Governador do RS                      |

|                                                                   |                                                                                 |     |                                                     |
|-------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|-----|-----------------------------------------------------|
| <b>Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS)</b> | Transforma programas habitacionais emergenciais em política pública permanente. | Lei | Assembleia Legislativa (sancionada pelo governador) |
| <b>Atraso no pagamento da dívida</b>                              | Suspende por até 36 meses o pagamento da dívida com a União.                    | Lei | Proposta pelo governo estadual, aprovada na AL      |
| <b>Segurança em situações de calamidade</b>                       | Amplia atuação de militares da reserva em contextos de desastre.                | Lei | Proposta pelo governo estadual, aprovada na AL      |
| <b>Política Estadual de Defesa Civil</b>                          | Regula a gestão de risco e resposta a desastres no RS.                          | Lei | Proposta pelo governo estadual, aprovada na AL      |
| <b>Suspensão de prazos administrativos</b>                        | Autoriza prorrogação de prazos de concursos e contratos durante a calamidade.   | Lei | Proposta pelo governo estadual, aprovada na AL      |
| <b>Estado de calamidade pública</b>                               | Reconhece o estado de calamidade e permite flexibilização fiscal.               | Lei | Proposta pelo governo estadual, aprovada na AL      |
| <b>Isenção de IPVA</b>                                            | Concede isenção e restituição de IPVA para veículos perdidos em desastres.      | Lei | Proposta na AL e sancionada pelo governador         |

**Fonte:** Autora, a partir de G1 (2025).

**Tabela 3 – Síntese dos Projetos de Lei e Medidas Relacionadas às Enchentes no RS na Câmara de Vereadores de Porto Alegre (2024–2025)**

| <b>Nome da Medida</b>                               | <b>Descrição</b>                                          | <b>Tipo</b>            | <b>Origem (quem propôs/sancionou)</b> |
|-----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|------------------------|---------------------------------------|
| <b>Frente Parlamentar da Reconstrução Econômica</b> | Criação de grupo para acompanhar ações em áreas afetadas. | Iniciativa legislativa | Câmara Municipal de Porto Alegre      |

|                                              |                                                                           |                     |                                             |
|----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------------------------------|
| <b>Flexibilização de regras urbanísticas</b> | Permite construções em áreas afetadas com menos exigências legais.        | Lei                 | Câmara Municipal (sancionada pelo prefeito) |
| <b>Isenção de IPTU e taxa de lixo</b>        | Isenta atingidos pela enchente de impostos municipais.                    | Lei                 | Câmara Municipal (sancionada pelo prefeito) |
| <b>Testes obrigatórios nas comportas</b>     | Torna obrigatório o teste anual de fechamento das comportas em 3 de maio. | Lei                 | Câmara Municipal (sancionada pelo prefeito) |
| <b>Medidas emergenciais e homenagens</b>     | Autoriza uso de prédios públicos e reconhece voluntários.                 | Conjunto de medidas | Câmara Municipal de Porto Alegre            |

**Fonte:** Autora, a partir de G1 (2025).

As reportagens não tratam de forma analítica o cumprimento das Leis, mas as mapeiam e as descrevem. Ao considerar o conjunto de projeto de Leis em vigor, a cobertura operacionaliza as respostas do poder público à tragédia, tanto a nível estadual quanto municipal e nas esferas do executivo e do legislativo.

Nesta categoria, o jornalismo ambiental é observado de maneira mais evidente, pelo seu caráter de fiscalizador de uma dada realidade e de cobrador de respostas.

A reconstrução dos locais atingidos e desdobramentos do pós-tragédia são evidenciados nesta categoria, tanto por investimentos do poder público, como ações de grupos da sociedade civil, como se observa em *“Projeto de empreendedorismo capacita moradores de bairro afetado”*, cuja ação é promovida por uma igreja.

Nota-se uma importante lacuna nesta categoria quanto à delegação de responsabilidades. Enquanto uma tragédia ambiental, a cobertura mapeia ações de mitigação dos impactos, mas não endereça ao Estado ou a outrem o questionamento sobre culpados ou o que poderia ter sido feito para evitar o desfecho de 184 vítimas e 25 desaparecidos, além de prejuízos materiais e emocionais em diversos municípios do Rio Grande do Sul.



## Memória e Riscos Futuros

Esta categoria traz matérias com análises técnicas a partir de estudos de pesquisadores, assim como reflexões retrospectivas e projeções de riscos futuros. As reportagens trazem abordagens que rememoram a tragédia, constroem narrativas históricas ou abordam prevenção e vulnerabilidade ambiental:

1. Há um ano, Guaíba atingia maior marca desde 1941;
2. ANTES e DEPOIS: veja como estão os lugares atingidos;
3. Mais de 180 mortos, 25 desaparecidos: raio-X da tragédia;
4. Quase 18% da Região Metropolitana está em áreas de risco extremo;
5. Sobe para 184 o número de vítimas; desaparecidos caem para 25, e
6. 1 ano de enchente: documentário da RBS revisita locais.

Há uma forte presença da memória como ferramenta narrativa. Várias reportagens marcam explicitamente o tempo decorrido desde a tragédia (*“um ano depois”*), revelando que o evento ainda reverbera na vida dos afetados. Isso sugere que a tragédia é apresentada não como um evento encerrado, mas como um processo contínuo com desdobramentos sociais e emocionais duradouros.

Os marcos temporais *“Antes e Depois”* ajudam a construir uma memorialização da proporção da tragédia. Como recursos de edição jornalística, houve amplo uso de infográficos.

**Figura 2 - Parte do infográfico**  
**“Antes e Depois: a reconstrução dos**  
**símbolos da enchente”**



Fonte: G1. <sup>3</sup>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/1-ano-de-enchente-rs/noticia/2025/05/22/estudo-enchentes-regiao-metropolitana-risco-extremo-inundacao.ghtml>

Houve uma preocupação em situar a dimensão do impacto das enchentes. Como em Porto Alegre, que o nível do Guaíba chegou a 5,37 metros, de acordo com o Serviço Geológico do Brasil (SGB). *“Na ocasião, o Instituto de Pesquisas Hídricas (IPH) da UFRGS apontou que a capital teve 2 mil quarteirões invadidos pela água do Guaíba”* (G1 2025). E também a explicação para uma melhor visualização, inclusive com metáforas visuais.

*Em Eldorado do Sul, mais de 90% do município foi inundado pelas águas que vieram do Rio Jacuí, segundo as autoridades. Canoas teve ao menos dois terços devastados — o equivalente a uma extensão de quase 11 mil campos de futebol engolidos pela enchente* (G1 2025).

Houve uma tentativa de compreender o desastre climático (como é chamado nos textos), por meio de estudo que envolveu pesquisadores ligados ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e ao Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).

Sobre causas de tragédias desse porte, os pesquisadores apontam que a combinação de expansão urbana desordenada e eventos climáticos extremos tendem a elevar os riscos de desastres. *“Reforçar a resiliência urbana exige uma abordagem integrada que considere tanto as dinâmicas ambientais quanto as desigualdades sociais que agravam a vulnerabilidade”* (G1 2025).

A reportagem *“Quase 18% da Região Metropolitana de Porto Alegre está em áreas de risco extremo para inundação, aponta estudo”* também aborda medidas para evitar esse tipo de tragédias:

***E quais são as sugestões?*** Os cientistas falam em **estratégias integradas** que vão além da resposta emergencial. Veja as ações recomendadas: Fortalecer o planejamento urbano com base em mapas de risco atualizados; Restaurar áreas de vegetação natural; Modernizar infraestruturas de drenagem urbana (G1 2025).

Os pesquisadores também citam a necessidade de integrar modelagem hidrodinâmica, dados climáticos e sociais em sistemas de alerta precoce que sejam compreensíveis e acessíveis à população para evitar novas tragédias climáticas no Rio Grande do Sul.

Reside nesta categoria de análise uma proposta de memorialização e conscientização preventiva. Traz um olhar sobre a vulnerabilidade ambiental e os aprendizados possíveis.



### **Sujeito ecológico: aproximações entre o jornalismo e a educação ambiental**

O “sujeito ecológico” (CARVALHO 2008) pode ser entendido como o que busca repensar os dilemas sociais, políticos, econômicos, éticos e estéticos instaurados diante da crise socioambiental e que aponta formas viáveis para um modo de vida socialmente justo e ambientalmente sustentável.

No contexto de emergência climática, entende-se que o jornalismo ambiental cumpre, dentre vários papéis, o de colaborar para a tomada de consciência das realidades ambientais.

Nesta análise apresentada aqui encontrou-se três principais categorias que podem ajudar a tecer pontes à educação ambiental crítica. A temática foi tratada amplamente pela dimensão do impacto social e humano da tragédia, a compreensão individualizada do impacto, as narrativas que geram empatia e aprendizado pelo tangível sofrimento alheio. Também houve uma ampla cobrança ao poder público de respostas institucionais à tragédia, tanto por projetos de leis, quanto outras ações de infraestrutura e reconstrução. Identificou-se também a memória como uma ferramenta narrativa, a necessidade de se criar e registrar marcos históricos e simbólicos, assim como de dimensionar a tragédia para evitar que novas se repitam.

As análises permitiram perceber também outras camadas de contribuição do jornalismo ambiental muito pertinentes à educação na compreensão de uma tragédia climática, como a do Rio Grande do Sul:

- Necessidade do contexto: compreender os impactos em nível macro e também em nível individualizado;
- Diversidades de fontes: ouvir os diferentes sujeitos, tanto vozes especializadas, quanto dos cidadãos comuns;
- Conexão temporal: criar marcos temporais entre passado, presente e projetar o futuro;
- Tragédia como exemplo: aprender com dada realidade para evitar novas tragédias.
- Pensamento crítico: propor reflexão, visão crítica do mundo e problematização do modelo de desenvolvimento.

As pontes entre o jornalismo ambiental e a educação ambiental crítica não são absolutas. Autores como Meditsch; Kronbauer & Bezerra (2020), também têm uma percepção de que ambas sofrem pressões sistêmicas.

*Embora pedagogia e jornalismo estejam situados em áreas do conhecimento distintas, a proposta freireana pode ser pensada a*

*partir da realidade do campo jornalístico. [...] educação e jornalismo são caracterizados por sofrerem constantes pressões que os impedem de serem utilizados plenamente como instrumentos de transformação social (MEDITSCH; KRONBAUER & BEZERRA 2020: 33).*

Por meio da interpretação das categorias construídas, esta análise apresentou tais proximidades entre os dois campos, como possibilidade, como horizontes interdisciplinares, na construção de uma ação coletiva e da cidadania ambiental.

### **Considerações finais**

A cobertura midiática das enchentes do Rio Grande do Sul deu uma forte contribuição a nível de linguagem ao nomeá-la como “a maior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul”. Quando se dá nome aos fenômenos, cumpre o movimento de lhes situar no mundo e no tempo e lhes atribui uma causa e classificação, no caso, é tragédia no contexto da crise climática. Essa nomeação, no entanto, situa-se como uma dupla via, uma vez que ao situar a ampla dimensão da tragédia, pode justificar possíveis inações ou responsabilidades do poder público diante do desastre. Por outro lado, escancara a falta de planejamento do Estado para evitar ou mitigar impactos de grandes proporções, como os do Rio Grande do Sul.

Identificou-se na análise as categorias e os recursos que o Jornalismo Ambiental lança mão ao observar a tragédia um ano após o fato acontecido. Percebeu-se o quanto os impactos se desdobram tanto tempo depois. Notou-se que os símbolos da tragédia (construídos em grande parte sob mediação midiática), como o cavalo Caramelo, ou as fotos do infográfico intitulado “a reconstrução dos símbolos da enchente”, ajudam a construir a memória coletiva da tragédia. Ficou evidente também o quanto é necessário continuar cobrando do poder público medidas para que novas tragédias não se repitam.

A possibilidade de apreender a partir de uma grande tragédia, de compreendê-la no seu contexto, de procurar ouvir as diferentes vozes, de situá-la no tempo e no espaço, faz parte de um processo de luta por justiça socioambiental. Ter acesso às informações, interpretá-las e comover-se podem levar a um passo seguinte, a uma etapa importante da cidadania ambiental, da mobilização e da participação social na tomada de decisões das causas ambientais.

## Referências

ASSIS, F. de (2014). “Jornalismo diversional: função, contornos e práticas na imprensa brasileira”. 444 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) — Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

BARDIN, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto. São Paulo, Edições 70.

BELMONTE, R.V. (2015). “A história do jornalismo ambiental brasileiro”. In: *ANAIS DO 10º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA*, 10, Porto Alegre. Porto Alegre, ALCAR.

BUENO, W.C. (2007). *Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa*. São Paulo, Mojoara Editorial.

CARVALHO, I.C.M (2008). *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo, Cortez.

COSTA, L.M. (2005). “A formação do campo ambiental: um resgate histórico do contexto nacional e amazônico”, *Tempo da Ciência*, Cascavel, v. 12, n. 23: 147-176. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/439>. Acesso em: 10/01/2024.

CLEMENTE. L.R.G. (2023). “Entre fluxos e comportas: tensões comunicacionais e cidadania no licenciamento ambiental da UHE Estreito”. 2023. 248 F. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

G1 (2025) “1 Ano da Enchente do RS”, *G1*, 19 de maio. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/1-ano-de-enchente-rs/> . Acesso em 25/07/2025.

GIRARDI, I.M.T. (2025). “A responsabilidade do Jornalismo Ambiental na formação cidadã em tempos de emergência climática”, *Diálogos Soberania e Clima*. V4, Nº 1: 6-19. Disponível em: <https://soberaniaclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-Marco-2025-Portugues-04-6-19.pdf>. Acesso em: 15/07/2025.

LAYRARGUES, P. & LIMA, G.F. da C. (2014). “As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira”, *Ambiente & Sociedade*, v.17, n.1: 23-40, jan.-mar.

MEDITSCH, E.; KRONBAUER, J. & BEZERRA, J.F. (Org.) (2020). *Pedagogia do jornalismo: Desafios, experiências e inovações*. Florianópolis, Insular.

SANTOS, M.E.V.M. (2005). *Que cidadania?* Lisboa, Santos-Edu.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. & FERRARO JUNIOR, L.A. (2005). “Educação ambiental como política pública”, *Educação e Pesquisa*, [S. l.], v. 31, n. 2: 285–299. DOI: 10.1590/S1517-97022005000200010 Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/27977>. Acesso em: 30/07/2025.

### **Sobre a autora**

**Lígia Regina Guimarães Clemente** é Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), linha Mídia e Cidadania. Mestre em Comunicação e Cultura Midiática pela Universidade Paulista - UNIP. Graduada em Comunicação Social/ Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É editora de publicações da Universidade Federal do Maranhão. É pesquisadora nas áreas de Linguagens, Comunicação Pública; Cidadania; Democracia; Comunicação Organizacional; Memória; Comunicação e Meio Ambiente; Matriz Energética Brasileira; Educação Ambiental; 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Movimentos Sociais.